

Sua Excelência
o Ministro do Trabalho, Solidariedade
e Segurança Social
Praça de Londres, 2
Lisboa

Por protocolo

Nossa referência
P/03/2018 (UT3)

***Assunto:** Atraso do Centro Nacional de Pensões na apreciação e decisão dos requerimentos de pensões e no envio dos formulários regulamentares a instituições de segurança social estrangeiras.*

Em 26 de junho de 2018 dirigi a Vossa Excelência um ofício com uma especial chamada de atenção para o grave problema dos atrasos do Centro Nacional de Pensões, do Instituto da Segurança Social, IP, na apreciação e decisão dos requerimentos de pensões e no envio dos formulários regulamentares a instituições de segurança social estrangeiras.

Nessa ocasião tive a oportunidade de alertar Vossa Excelência para a preocupante situação vivenciada por muitos cidadãos que aguardavam longos meses e, em muitos casos, mais de um ano, pela atribuição de diversas prestações sociais, designadamente, de pensões de velhice e de invalidez, de pensões de sobrevivência e de outras prestações por morte.

Solicitei, então, a Vossa Excelência que fossem adotadas as medidas e os procedimentos necessários a uma célere resolução do problema e que, com a máxima brevidade possível, me fosse transmitida, a decisão que, sobre o assunto, viesse a ser adotada.

Para melhor elucidação, permito-me juntar cópia do referido ofício.

Volvidos quase seis meses, lamento verificar a ausência de resposta de Vossa Excelência ao mencionado ofício.

A minha preocupação é tanto maior quanto, é certo, continuo a ser diariamente confrontada com queixas de cidadãos que dão conta da situação aflitiva em que se encontram devido ao atraso do Centro Nacional de Pensões na atribuição das respetivas pensões ou, no caso dos imigrantes, no envio dos formulários regulamentares às instituições de segurança social estrangeiras para efeito, nomeadamente, de acesso às pensões nesses países.

Até 30 de novembro de 2018 foram recebidas neste órgão do Estado cerca de 840 queixas desta natureza, o que denota um crescimento bastante acentuado – quase quadruplicou – face ao número de queixas similares recebidas no ano passado.

Neste contexto, solicito a Vossa Excelência se digne prestar todos os esclarecimentos sobre o assunto, agradecendo que, nesse sentido, seja dada resposta urgente ao meu mencionado ofício de junho de 2018.

Com os meus melhores cumprimentos,

A Provedora de Justiça

(Maria Lúcia Amaral)

Anexo: cópia do ofício de 26 de junho de 2018.